



**escola de gestores**  
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**INDISCIPLINA ESCOLAR**

**NÉLY DE FÁTIMA DA COSTA**

**BELO HORIZONTE -2013**



escola de **gestores**  
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**INDISCIPLINA ESCOLAR**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas (UFMG), Sob orientação da Professora Dra. Regina A. Barros de Souza, do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal da UFMG.

**BELO HORIZONTE -2013**

BELO HORIZONTE-2013

FOLHA DE APROVAÇÃO

NÉLY DE FÁTIMA DA COSTA

AVALIAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em \_\_\_\_ de julho de dois mil e treze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof. Nome completo do Professor – Avaliador

---

Dra. Regina A. Barros de Souza – Orientador

---

Profª. Nély de Fátima da Costa - Cursista

## **AGRADECIMENTO**

Agradeço a Deus pela vida, a minha família pelo carinho e apoio.

Agradeço todos meus professores pela dedicação, a minha orientadora,  
Regina A. Barros de Souza, por estar sempre disponível em me ajudar.

A todos os colegas do Curso de Gestão Escolar.

## EPÍGRAFO

*"A indisciplina é filha dileta do autoritarismo e da permissividade. A disciplina a que me refiro é a liberdade, que conscientemente exercida conduz à ordem, não a ordem imposta que nega a liberdade. Como poderemos pensar em controlar as águas revoltas de um rio, se nos esquecermos das margens que as comprimem?"*

José Pacheco, Escola da Ponte.

## RESUMO

O Presente trabalho Indisciplina Escolar da Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias do município de Machado - MG tem como objetivo demonstrar de que forma minimizar o problema da indisciplina na escola, analisando diversos tipos de comportamento, apontando seus aspectos e investigando suas causas. A indisciplina representa um dos principais fenômenos que geram dificuldades no contexto escolar. Esse fato vem se agravando de tal forma que nem a escola nem a família consegue solucionar o problema. Tal fenômeno é caracterizado de diversas formas, porém as ideias acerca desse tema estão longe de serem consensuais. Com o mundo globalizado de hoje a escola já não tem mais recursos para lidar com esta questão sozinha. A pesquisa envolve toda a comunidade escolar, alunos e professores que atuam na Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias, Machado - MG. Utiliza-se da metodologia qualitativa e da pesquisa-ação. Reuniões, observações, diário, análise de documentos são instrumentos fundamentais para captar, ouvir, trocar e construir alternativas com os sujeitos envolvidos e seu entorno. A investigação indicou: falar de indisciplina é falar de um fenômeno complexo, multifacetado e que não encontra sentido único; escola e disciplina sempre estiveram associados; juízos morais e políticos sempre estarão presentes nos estudos sobre a temática, mas precisamos analisar o fenômeno '(in)disciplina' na sua totalidade e complexidade. Logo, é necessário: desmanchar mitos, contrapor concepções professor/aluno; aluno/aluno; equipe diretiva/professor/aluno; evitar posições extremas – não dramatizar e não ignorar as questões de disciplina/indisciplina; colocarmo-nos numa perspectiva de reflexão e análise no currículo escolar; tentar entender como os discursos são construídos, desvelando-os e questionando-os; revelar (desvelar) a fragilidade da ordem escolar, localizando-a no espaço da ordem social. Para além disso, a análise dos questionamentos anteriormente apontados tem permitido ao grupo avançar na compreensão do cotidiano escolar e da questão da indisciplina.

**Palavras-chave:** Indisciplina. Contexto escolar. Família. Currículo.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2. DESENVOLVIMENTO.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 Conceituando indisciplina.....</b>	<b>10</b>
<b>2.2 Indisciplina ou violência .....</b>	<b>11</b>
<b>2.3 Natureza da indisciplina .....</b>	<b>12</b>
<b>2.4 Tipos de indisciplina.....</b>	<b>12</b>
<b>2.5 Manifestações de indisciplina.....</b>	<b>12</b>
<b>2.6 A indisciplina no contexto escolar.....</b>	<b>13</b>
<b>2.7 Possíveis fatores que contribuem para a indisciplina no contexto escolar.....</b>	<b>14</b>
<b>2.8 Indisciplina ou problema de aprendizagem.....</b>	<b>15</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>18</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>20</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>21</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Ao fazer a leitura e análise os itens que são contemplados no Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias do município de Machado - MG. Algumas acontecendo nesse ambiente escolar, já que existem reclamações por parte dos professores, que sentem dificuldades em trabalhar os conteúdos devido às expressões de indisciplina dos alunos que, por, sua vez, sentem dificuldade nesse processo por sentirem que os conteúdos não fazem parte da sua realidade. Dentre as várias questões que dificultam o andamento das atividades.

Sabemos que a Filosofia de qualquer escola está amparada em promover o sucesso da aprendizagem e a permanência do aluno na escola. A função da escola hoje é facilitar o acesso ao conhecimento, promover o desenvolvimento do aluno. Precisamos aprender a aprender, um dos quatro pilares da educação. O professor hoje precisa conhecer as dificuldades de seus alunos, identificar interesses e talentos. Fazer diferentes abordagens, despertar a motivação, recorrendo a diferentes estratégias de aprendizagem, para proteger-se de distrações/sono/preguiça e a indisciplina.

A organização do trabalho pedagógico em sala de modo a atender as necessidades de seus alunos, lidando com a diversidade de questões que surgem na sala de aula, estabelecendo prioridades e intermediando e resolvendo conflitos com a indisciplina escolar.

Ninguém nasce rebelde ou indisciplinado, trata-se de um comportamento construído. A indisciplina em sala de aula é um pálido reflexo de uma indisciplina social. Diante disto mais do que nunca, é fundamental uma ação de parceria entre os vários segmentos, que estão comprometidos com a educação. Em virtude de presenciar a indisciplina na sala de aula, no pátio, na hora do lanche, escolho esse tema em razão da importância de uma

reflexão e interação sobre esse problema tão comum e complexo nas escolas.

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar de que forma minimizar o problema da indisciplina na escola, analisando diversos tipos de comportamento, apontando seus aspectos e investigando suas causas. A indisciplina representa um dos principais fenômenos que geram dificuldades no contexto escolar.

## 2. DESENVOLVIMENTO

### 2.1. Conceituando Indisciplina

O conceito de indisciplina é susceptível de múltiplas interpretações. Um aluno ou professor indisciplinado é em princípio alguém que possui um comportamento desviante em relação a uma norma explícita ou implícita, sancionada em termos escolares e sociais. Estes desvios são, todavia, denominados de forma diferente conforme se trate de alunos ou de professores. Os primeiros são apelidados de indisciplinados, os segundos de incompetentes. O conceito de indisciplina apresenta uma complexidade que precisa ser considerada. Um entendimento suficientemente amplo do conceito de indisciplina escolar precisa integrar diversos aspectos. É preciso, por exemplo, superar a noção arcaica de indisciplina como algo restrito à dimensão comportamental. Ainda é necessário pensá-la, em consonância com o momento histórico desta virada de século.

De acordo com Alves (2002,p.176),o aluno não pode ser o único culpado pelo acontecimento da indisciplina, pois as questões sociais referentes à família, à instituição escolar, à política, à religiosidade ou a qualquer outro âmbito social também são fatores que contribuem para a ocorrência da mesma. A autora considera o professor um grande responsável pelo acontecimento da indisciplina na sala de aula. Se as propostas curriculares estabelecidas, a metodologia utilizada e a postura adotada pelo professor forem inadequadas ao contexto em que se insere, a possibilidade de surgir o comportamento indisciplinado será maior.

Concluiu que a indisciplina dos alunos, em sala de aula, está ligada diretamente a uma sucessão de fatos associados à ineficiência da prática pedagógica. São elementos geradores da indisciplina: propostas curriculares problemáticas e metodologias, subestimam a capacidade dos alunos seja por apresentarem assuntos muito fáceis, seja por serem de pouco interesse, cobrança em demasia da postura sentada, inadequação do tempo para a

realização de atividades, organização rigorosa do espaço em sala de aula, centralização em excesso na figura do professor, pouco incentivo à autonomia e às interações entre os alunos e uso frequente de sanções e ameaças visando ao silêncio da classe.

É preciso pensar a indisciplina no contexto do desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Sob esta perspectiva, define-se indisciplina como a incongruência entre os critérios e expectativas assumidos pela escola (que supostamente refletem o pensamento da comunidade escolar), em termos de comportamento, atitudes, socialização, relacionamentos e desenvolvimento cognitivo, e aquilo que demonstram os estudantes. Mas este modo de conceituação situa a indisciplina como uma disposição em relação a algum referencial. Assim, o conceito engloba um duplo movimento. Também do lado da escola pode ocorrer alguma incongruência em relação aos referenciais assumidos, de tal forma que também ela pode ser eventualmente considerada “indisciplinada”. É papel de escola considerar o quadro concreto das condições e desenvolvimento dos alunos e de suas necessidades, bem como garantir as condições apropriadas ao processo de ensino-aprendizagem.

## **2.2. Indisciplina ou violência?**

A indisciplina pode implicar violência, mas não é necessário que esta ocorra. É neste sentido que alguns autores distinguem vários níveis de indisciplina, tais como conflitos que afetam a relação professor-aluno, e que em geral colocam em causa a autoridade e o estatuto do professor. Vandalismo contra a instituição escolar, que muitas vezes procura atingir tudo aquilo que ela significa. Esta hierarquia tem sido contestada, na medida em que conduz à naturalização das formas mais elementares de indisciplina (as perturbações), assumindo-as como inevitáveis. A ideia que acaba por passar, é que só coloca o problema da indisciplina quando existem agressões a colegas ou professores, a destruição ou roubo de escolas, etc.

### **3. Natureza da indisciplina**

Os alunos são indisciplinados por natureza ou porque as circunstâncias os estimulam a assumirem comportamentos desviantes?

Podemos distinguir duas correntes teóricas fundamentais: Uma afirma que a indisciplina é uma tendência natural de todo o ser humano, está inscrita no seu código genético. O Estado, a educação e a cultura, atuam como freio destes impulsos antissocial. Outra corrente sustenta que a natureza humana é uma espécie de recipiente vazio, pronto a ser preenchido pelos estímulos que recebe do exterior. Conforme a natureza destes estímulos assim será a criança, o adulto. As circunstâncias determinam aquilo que cada homem é. A contrapartida desta visão igualitarista, sustentada pela primeira vez pelos sofistas, foi o aparecimento de uma multiplicidade de métodos e técnicas para dar forma à natureza do homem.

Entre uma e outra corrente, existe uma multiplicidade de teorias que procuram articular o "inato" com o "adquirido", o "biológico" com o "social".

#### **3.1. Tipos**

Todas as mudanças são em certo sentido um ato de indisciplina ou de ruptura violenta com a ordem estabelecida. Não é possível encarar, pois a indisciplina apenas de uma forma negativa. Ela pode assumir uma função criativa e renovadora das práticas instituídas.

#### **3.2. Manifestações de Indisciplina**

As manifestações de indisciplina, nas suas formas mais elementares, tornaram-se uma rotina para qualquer professor. Exemplos de dois níveis de casos de indisciplina nas aulas:

Frequentes:

- Apatia do grupo.
  
- Cochicho.

- Troca de mensagens e de papelinhos.
- Intervalos cada vez maiores.
- Exibicionismo.
- Perguntas feitas de forma a colocar em causa o professor, ou a desvalorizarem o conteúdo das aulas.
- Discussões frequentes entre grupos de alunos, de modo a provocarem uma agitação geral.
- Comentários despropositados.
- Silêncios ostensivos.
- Entradas e saídas "justificadas".

Excepcionais:

- Agressão a colegas.
  - Agressão a professores.
  - Roubos.
  - Provocações sexuais, racistas, etc.
- O primeiro nível está hoje amplamente generalizado, o segundo está em crescimento.

#### **4. A indisciplina no contexto escolar**

A disciplina pode ser concebida como uma técnica de exercício de poder, não inteiramente inventada, mas elaborada em seus princípios fundamentais durante o século XVIII. Nesse sentido, falar de indisciplina é evidenciar o não cumprimento de regras estabelecidas.

É frequente a afirmação, por parte dos professores, que os alunos de hoje são indisciplinados, evocando um saudosismo de uma suposta educação

de antigamente, que estabelecia parâmetros rígidos para o uso do corpo e da mente.

#### **4.1 Possíveis fatores que contribuem para a indisciplina no contexto escolar**

A indisciplina na escola está na ordem do dia. As preocupações de professores, pais e educadores em geral, relativos aos comportamentos escolares dos alunos, têm sido consideráveis nos últimos anos.

Constata-se que no contexto educativo, a indisciplina contribui para a exclusão escolar, gerando um problema social grave. Para Aquino (1996, p. 40), “embora o fenômeno da indisciplina seja um velho conhecido de todos, sua relevância teórica não é tão nítida”. A origem dos comportamentos ditos indisciplinados pode estar em diversos fatores: uns ligados a questões relacionadas ao professor, principalmente na sala de aula; outros centrados nas famílias dos alunos; outros verificados nos alunos; outros gerados no processo pedagógico escolar; outros alheios ao contexto escolar.

Para refletir teoricamente sobre o fenômeno da disciplina e indisciplina na sala de aula, pode-se recorrer a muitos autores que refletiram sobre essa mesma temática como Araújo que em seu texto “Disciplina, Indisciplina e a Complexidade do Cotidiano Escolar” diz que:

Os Distúrbios disciplinares são um dos grandes problemas pedagógicos e morais da atualidade e, junto da violência (temas muitas vezes inter-relacionados), vêm comprometendo a busca por uma educação de qualidade. É urgente buscar o entendimento sobre esses fenômenos e procurar saídas para seu enfrentamento para a construção da qualidade na educação ou, em última instância, para formação e instrução de gerações futuras que tenham como meta viver em sociedades democráticas solidárias e justas. (ARAÚJO. 1996, p.22).

Araújo busca entender a disciplina a partir do seu avesso: a indisciplina, ou seja, se a disciplina “é um regime de ordem imposta ou livremente consentida que convém ao funcionamento regular de uma organização (militar, escolar, etc.)”, a indisciplina é o desrespeito a tais regras. Assim ele entende que a indisciplina relaciona-se com o não cumprimento das leis, normas e regras estabelecidas na sociedade ou por grupos organizados para determinados fins, como é o caso da escola.

Pode-se dividir as causas para a indisciplina escolar em três, que são: a desestruturação familiar; falta de imposição de limites; influências negativas da mídia e da sociedade.

Referente à mídia identifica uma influência negativa, principalmente entre os adolescentes no que refere a modismo, comportamentos inalteráveis e valores. A mídia acaba gerando graves conflitos sociais, através do individualismo e do consumismo que ela gera entre os adolescentes, desencadeando comparação, descontentamento e revolta.

Além disso, problemas psicológicos e sociais atingem diretamente o rendimento escolar, mais precisamente no fenômeno da indisciplina que cresce constantemente, produto de uma sociedade na qual os valores humanos tais como o respeito, o amor a compreensão, a fraternidade, a valorização da família e diversos outros ignorado.

## **5. Indisciplina ou problema de aprendizagem**

O modo como interpretamos a indisciplina (ou disciplina), sem dúvida, acarretarão uma série de implicações à prática pedagógica, já que fornece elementos capazes de interferir, não somente nos tipos de interações estabelecidas com os alunos e na definição de critérios para avaliar seus desempenhos na escola, como também no estabelecimento dos objetivos que se quer alcançar. (REGO, 1995.p40. Aquino, 1996.p. 28)

A relação da indisciplina com a dificuldade ou problema de aprendizagem se dá no campo da aprendizagem, pois é aí que tanto um como o outro é prejudicado, os dois problemas ficam emperrados neste mesmo ponto, um por ter realmente uma dificuldade e outro por recusar-se a aprender por teimosia, motivo fútil ou mesmo por não se adequar ao método empregado pelo docente ou escola. Não foi encontrada uma explicação para que uma pudesse ser confundida ou entendida por dificuldade e indisciplina, mas uma formulação pessoal dos dois conceitos como pertencentes a um só, ou seja, indisciplina não está separada de dificuldade de aprendizagem e sim seja consequência desta.

O processo ensino-aprendizagem, de forma consensual, é sempre cuidadosamente elevado à base fundamental de toda e qualquer instituição que objetive o ensinar e o aprender. Porém, com a elevação da indisciplina,

que comunga a deficiência de elementos como interesse, atenção, boa vontade, estímulo e outros, não é difícil constatar a sensível fragilidade deste tão valioso processo em que, entre outras coisas, é inerente a harmonia dos mencionados elementos, para sua plena realização. Este processo, como é comum de se ouvir no meio educacional, realiza-se numa constante dialética, em que é certo ensinar aprendendo. Sem dúvida que, pensando-se de forma ideal e como querem os PCNs, ao educador cabe planejar sua aula levando-se em consideração o conhecimento prévio do aluno.

De imediato o processo investigativo indicou:

1. Falar de indisciplina é falar de um fenômeno complexo, multifacetado e que não encontra sentido único; logo tratar desta problemática implica em lidar com realidades, concepções e fenômenos heterogêneos.
2. Escola e indisciplina sempre estiveram associados, desde os meados do século XIX, com a institucionalização da escola como aparelho reprodutor do Estado, com a implantação da racionalidade moderna e com a emergência dos moldes de produção industrial. Só que hoje a escola não pode mais dar conta da questão da “disciplina” da mesma forma como dava antes, Revista Eletrônica “Fórum Paulo Freire” pois, o que se concebia como escola e aluno já não mais faz sentido.
3. Juízos morais e políticos sempre estarão presentes nos estudos sobre a temática, mas precisamos analisar o fenômeno disciplina na sua totalidade e complexidade. Até então concluímos que precisamos : desmanchar mitos, contrapor concepções professor/aluno; aluno/aluno; equipe diretiva/professor/aluno; evitar posições extremas – não dramatizar e não ignorar as questões de disciplina/indisciplina; colocarmo-nos numa perspectiva de reflexão e análise.

Assim, ao entendermos melhor a temática pretende-se “buscar alternativas de sociabilidade”, alternativas democráticas que apontem para horizontes de “emancipação”, que neutralizem o risco de erosão do contrato social (Santos, 2000.p.03).

Portanto, a Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias procura no seu dia a dia a investigar cada ato de indisciplina escolar para que seja sando de imediato. Contanto com apoio de outros profissionais que fazem

parte da Comunidade Escolar. E com os seus profissionais da educação sempre estão em capacitação. Aprimorando seus conhecimentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indisciplina é algo que se perpetua há anos e também há anos vem sendo tratada em segundo plano pelo corpo docente e família. Se a indisciplina como cita “Içami Tiba” em seu livro *Disciplina, Limite na Medida Certa* vem desde a amamentação, fica claro que a família também é corresponsável pela tão almejada disciplina de seus filhos.

Com o mundo globalizado de hoje, a escola já não tem mais recursos para lidar com esta questão sozinha. Percebe-se que a indisciplina é também tratada de maneira severa e até carrasca, sendo que a mesma toma tamanha proporção por causa dos olhos da sociedade, ou seja, a sociedade é quem determina o grau de disciplina e ou indisciplina dos indivíduos.

Pode-se concluir também que a indisciplina muitas vezes é encarada como sentimento de vergonha. As crianças e ou indivíduos se sentem envergonhados, por isso obedecem e têm disciplina; tal afirmação se entende comumente por vergonha: sentimento de ser julgado negativamente pelos outros.

No cotidiano escolar os educadores tentam controlar esta indisciplina, mas não é fácil, neste paradigma, o disciplinador é aquele que educa, oferece parâmetros e estabelece limites. Se a escola não leva em consideração os anseios dos alunos e até impõe certas regras as quais os mesmos não participam, fica difícil exigir-se a disciplina pois, cada um tem seu ponto de vista.

É preciso construir práticas organizacionais e pedagógicas que levem em conta as características das crianças e jovens que hoje frequentam as escolas. A Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias, leva esta questão com um grau de seriedade e responsabilidade muito grande, através de muita conscientização do corpo discente e capacitações com o corpo docente. Os documentos que a escola possuem e que dá a autonomia e segurança para a escola são detalhados a cada necessidade como o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Escolar.

Definitivamente não é tarefa fácil inferir as causas da indisciplina, pois, como foi mostrado, há muitas relações a serem consideradas.

A principal delas, certamente, é entre as instituições família, escola e sociedade que lidam diretamente com os protagonistas desta inquietante questão, os alunos. São elementos intimamente ligados, em que quando a consequência é a indisciplina obviamente que um, ou todos estes elementos estão em grave desarmonia.

Observa - se que as escolas precisam desenvolver políticas internas para lidar de forma preventiva com a indisciplina, havendo também a necessidade de programas de formação de professores em serviço voltados para a discussão de problemas vivenciados nas rotinas das escolas, para a idealização de soluções e para sua implementação.

## REFERÊNCIAS

**ALVES, C. M. S. D. (In) disciplina na escola: cenas da complexidade de um cotidiano escolar.** 2002. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2002.

**AQUINO, J. G. (Org.) Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas.** 7<sup>o</sup> ed. São Paulo: Summus, 1996. Disponível <[www.janehaddad.com.br/new/arquivos/Brito\\_indisc.pdf](http://www.janehaddad.com.br/new/arquivos/Brito_indisc.pdf)> Acesso em 10.06.2013.

**ARAÚJO, F. Ulisses.: Disciplina, indisciplina e a complexidade do cotidiano escolar.** 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

**CAMARGO, J.S. Pais e professores à beira de um ataque de nervos entre o limite e o poder.** Arquivos da Apadec, v. 4, n .2, p. 61, jul./dez., 2000. Disponível < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pd03.06.2013>.

**REGO, Tereza.C.R. A Indisciplina e o Processo Educativo: Uma Análise na Perspectiva Vygotskyana.** ed. São Paulo: Summus, 1996. Disponível: < [http://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao\\_pedagogia/pdf/2009.1/prticas%20escolares%20e%20os%20casos%20de%20indisciplina.pdf](http://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2009.1/prticas%20escolares%20e%20os%20casos%20de%20indisciplina.pdf)> Acesso.05.06.2013

**SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** São Paulo: Cortez, 2000.

Disponível; <<http://www.paulofreire.ce.ufpb.br/paulofreire/Files/seminarios/mesa12-b.pdf>.> Acesso:05.06.2013.



**E. M. COMENDADOR LINDOLFO DE SOUZA DIAS.**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**ADRIANE CAVALCANTE ADRADE  
MARIA LILIAN DIAS BOTAZINI  
NÉLY DE FÁTIMA DA COSTA**

**MACHADO, 2013**

**E. M. COMENDADOR LINDOLFO DE SOUZA DIAS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**Projeto político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto vivencial sob orientação da professora Regina A. Barros de Souza do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)**

**MACHADO, 2013**

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
1. FINALIDADE DA ESCOLA.....	06
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	09
2.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA.....	09
2.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA.....	13
3. CURRÍCULO.....	17
4. TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES.....	23
5. PROCESSOS DE DECISÃO.....	26
6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....	29
7. AVALIAÇÃO.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS .....	37

## INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias, localizada na zona urbana. Foi municipalizada em 1998, conforme Resolução 8699/98- MG 10/02/98. Atende alunos do 1º ao 5º ano de escolaridade do Ciclo Complementar de alfabetização.

A escola funciona em dois períodos: sendo no período da manhã para atendimento às crianças dos Bairros Rurais próximos a este estabelecimento do 1º ao 5º ano. No período da tarde atende do 1º ao 5º ano de escolaridade, com uma clientela dos Bairros Urbanos de seu zoneamento e Bairros Rurais.

A escola situa-se na periferia da zona urbana, com uma população constituída em quase sua totalidade de alunos carentes, filhos de trabalhadores rurais, sitiantes, assalariados, desempregados.

A escola possui um número grande de famílias com carências afetivas, problemas de desestruturação familiar. Atende muitas crianças com problemas de aprendizagem recebendo também crianças transferidas das escolas especiais.

Possui dez turmas sendo: duas de 1º ano, duas de 2º ano, duas turmas de 3º ano, duas de 4º ano e duas de 5º ano. Contando com dez professoras regentes, duas professoras eventuais, um professor de Educação Física, uma professora de Informática e uma professora de Apoio Pedagógico (readaptada) que atende alunos extra turno alternando assim seu horário de trabalho, uma diretora, uma supervisora, sete profissionais de serviços gerais e uma secretária. Todas as professoras lotadas nesta escola possuem curso superior e são pós-graduadas, além de serem capacitadas com cursos ministrados pela UNICAMP, UFMG e demais capacitações oferecidas pela secretaria da Educação e SRE.

A escola possui equipamentos necessários para atender a demanda de alunos, embora haja necessidade de ampliação e melhoras no aspecto pedagógico e na rede física. Conta com a participação Conselho Escola, Amigos da Escola, estagiários do magistério, faculdade.

A merenda escolar é acompanhada pelo CAE (Conselho de Alimentação Escolar) e o cardápio da escola é elaborado por uma nutricionista que presta atendimento mensal na escola.

A escola é aberta às atividades da comunidade local: catequese, Pastoral da Criança, catecumenato e reuniões da Associação do Bairro no período da noite e aos finais de semana.

Atualmente a escola possui: 108 alunos no período da manhã e 100 no período da tarde.

A obra foi concluída em agosto de 1982. O prédio foi construído em 2 pavimentos.

No pavimento inferior há: sala dos professores, secretaria, hall, diretoria, sala de aula, sala de informática e sala de Biblioteca, instalação sanitária para os funcionários, instalação sanitário para meninas, instalação sanitária para meninos, cozinha, despensa, cantina, um pátio coberto, um pátio pequeno almoxarifado.

No ano de 2012 foi construída uma rampa de acessibilidade para atendimento às crianças com deficiência.

No pavimento superior há 05 salas de aulas, uma sala que funciona como almoxarifado.

A escola possui 03 entradas, uma na frente para uso dos funcionários e visitantes, uma entrada para carro e uma área não construída.

## **2-FINALIDADES DA ESCOLA**

O Projeto Político Pedagógico da Escola expressa às intenções da Comunidade Escolar e o compromisso dos profissionais em oferecer uma educação de qualidade contribuindo para a formação de cidadãos conscientes, participativos e atuantes na sociedade.

O P.P.P. é o exercício coletivo, reflexão conjunta, ação compartilhada pela comunidade escolar para estabelecer prioridades e objetivos, adequando-os à realidade de nossa Escola. Uma escola agradável, onde o aluno possa se sentir útil e feliz.

É dever de escola garantir a equidade de tratamento e oportunidades a todos os alunos, oferecendo-lhes cuidados e atenção de acordo com suas necessidades.

A nossa Escola deve possibilitar o cultivo dos bens culturais e sociais, considerando as expectativas e as necessidades dos alunos, dos pais, dos membros da comunidade, dos professores, enfim, dos envolvidos diretamente no processo educativo. Pois, é nesse universo que o aluno vivencia situações diversificadas que favorecem o aprendizado, para dialogar de maneira competente com a comunidade, aprender a respeitar e a ser respeitado, a ouvir e ser ouvido, a reivindicar direitos, a cumprir obrigações, a participar ativamente da vida cultural, social, política e científica do País e do Mundo.

Considerando a Escola como ambiente de educação

- Proporcionar um ambiente de educação com relações mais fraternas, participativas, humanas e solidárias.
- Sensibilizar a Comunidade educativa dos valores de que a pessoa é dotada: inteligência, liberdade, com direitos e deveres, provenientes de sua natureza. Capazes de conviver com os demais, de Ser, Estar e Agir no Mundo como pessoa criada a imagem e semelhança de Deus.
- Atuar como elemento integrante e integrador de forças que impulsionam a ação educativa perpassando as disciplinas e atividades da escola.
- Iluminar a prática educativa com o uso adequado de textos sagrados, relacionados com as crenças do educando.
- Considerando a Família e a Comunidade

- Promover a ação conjunta de todos os setores da comunidade educativa, num processo participativo, interativo, construtor, durante a elaboração, execução e avaliação de projetos.

Nossa proposta pedagógica tem em vista:

- Concretizar no coletivo da escola no planejamento e na prática do dia a dia as ações definidas como fundamentais para melhor rendimento das ações escolares.
- Oferecer oportunidades de discussão e deliberação dos diferentes membros da comunidade escolar englobando as questões pedagógicas, administrativas e financeiras da gestão escolar.
- Repensar constantemente no dia a dia da escola com participação efetiva dos atores envolvidos na unidade escolar.
- Oferecer qualidade na formação de todos os estudantes, através de uma prática educativa adequada as necessidades da clientela, considerando os interesses e a motivação dos alunos.
- Questionar a realidade, formulando problemas e tratando de resolvê-los. Utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.
- Oferecer recursos culturais relevantes para a intervenção e a participação responsável na vida social.
- Desenvolver o domínio da língua falada e escrita, os princípios da reflexão matemática, as coordenadas espaciais e temporais que organizam a percepção do mundo, os princípios da explicação científica e tecnológica, o domínio da leitura e interpretação que são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias na construção de seu conhecimento, assim como as condições de fruição da arte.
- Vivenciar práticas para o desenvolvimento moral, social e afetivo, contribuindo para o fortalecimento, crescimento e integração da comunidade escolar, gerando uma gestão participativa e democrática.

Segundo Oliveira:

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como

espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual são o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, 2003, p.01)

O Projeto Político Pedagógico é marca registrada da escola, como espaço de construção democrática, respeitado o caráter específico da instituição escolar como lugar de ensino/aprendizagem.

## **2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

### **2.1 Estrutura Organizacional Administrativa**

A Administração é composta

- I. pela Diretoria
- II. pelo Conselho Escolar.

A Diretoria é constituída pelo Diretor observada o disposto na Legislação vigente.

À Diretoria da Escola compete:

- I. Planejar junto com os Especialistas de Educação e corpo docente, todo o trabalho escolar;
- II. Organizar, orientar, coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos educacionais desenvolvidos no estabelecimento, referentes às atividades pedagógicas, administrativas e financeiras da escola;
- III. Envolver a comunidade escolar nas decisões sobre o funcionamento da escola (gestão participativa);
- IV. Elaborar o Projeto Político-Pedagógico, com a participação de todos os segmentos representativos da comunidade escolar;
- V. Estabelecer parcerias com empresas, buscando alternativas para a escola;
- VI. Fortalecer a ação do Conselho Escola.
- VII. Representar a escola perante os órgãos de ensino ou repartições públicas;
- VIII. Cumprir e fazer cumprir as determinações da SRE e SEE;
- IX. Promover o bom relacionamento de todo o pessoal da escola;
- X. Zelar pela observância do regime didático e disciplinar.

Compete ao Diretor, além da observância do Termo de Compromisso, ser o articulador político-pedagógico e administrativo da Escola, estando suas atribuições previstas em legislação específica.

Compete ao Conselho Escola, observadas as normas legais e as diretrizes estabelecidas para o setor educacional e as especificidades da comunidade escolar:

- I. Substituir o Diretor em suas ausências e impedimentos legais eventuais;
- II. Assumir as atribuições delegadas pelo Diretor da Escola;

- III. Assessorar o Diretor no planejamento, execução e avaliação de todas as atividades administrativas e pedagógicas da escola;
- IV. Auxiliar o Diretor no desempenho de suas funções;
- V. Comportar-se com urbanidade e respeito no trato com o Diretor, Especialistas da Educação, alunos, pais e demais servidores;
- VI. Manter as autoridades informadas sobre a vida administrativa do estabelecimento;.
- VII. Encerrar diariamente os livros de ponto dos professores e servidores, fazendo anotações que se fizerem necessárias, no turno sob sua responsabilidade;
- VIII. Coordenar o funcionamento geral do turno;
- IX. Manter-se informado de todas as atividades desenvolvidas e de todos os assuntos relativos ao ensino de forma geral;
- X. Supervisionar a manutenção da limpeza, conservação das instalações aos auxiliares de serviços, bem como elaborar horários de trabalho;
- XI. Elaborar juntamente com as cantineiras o cardápio da merenda oferecida pela escola e fazer o controle da merenda escolar;
- XII. Manter o controle de recebimento de material, distribuição, estoque e inventários;

Outras competências assim como a finalidade as funções a constituição e o funcionamento do Conselho Escola estão previstas em legislação vigentes.

É competência do Conselho Escola:

- I – Elaborar e divulgar o cronograma de reuniões ordinárias do Conselho Escola;
- II - Aprovar e acompanhar a execução do Projeto Pedagógico da Escola, do Plano de Ação e do Regimento Escolar;
- III - Aprovar o Calendário Escolar e o plano curricular da escola;
- IV - Acompanhar a evolução dos indicadores educacionais (avaliações externa e interna, matrícula e evasão escolar) e propor, quando se fizerem necessárias, intervenções pedagógicas e medidas educativas, visando à melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem;
- V - Indicar, nos termos da legislação vigente, servidor para o provimento do cargo de diretor e para o exercício da função de vice-diretor, nos casos de vacância e afastamentos temporários;

VI - Indicar representante para compor a Comissão de Avaliação de Desempenho dos servidores, observadas as normas vigentes;

VII - Propor parcerias entre escola, pais, comunidade, instituições públicas e organizações não governamentais - ONGs;

VIII - Propor a utilização dos recursos orçamentários e financeiros da Caixa Escolar, observadas as normas vigentes e acompanhar sua execução;

IX - Referendar ou não a prestação de contas aprovada pelo Conselho Fiscal;

X - Opinar sobre a adoção de medida administrativa ou disciplinar em caso de violência física ou moral envolvendo profissionais de educação e alunos, no âmbito da escola.

O Conselho Escolar reúne por convocação de seu presidente ou por, no mínimo, dois terços dos membros titulares ou, ainda, por solicitação formal da comunidade escolar dirigida aos seus representantes eleitos:

I - Ordinariamente, uma vez por mês;

II - Extraordinariamente, sempre que necessário.

As reuniões do Conselho escola devem contar com a presença de mais de 50% dos membros titulares.

Compete a Secretaria

A Secretaria tem como finalidade executar toda a escrituração da Escola, sob orientação, coordenação e supervisão do Diretor, e os seus serviços são realizados pelo pessoal que a compõe: Agente de Administração com autorização para secretariar.

Compete ao Secretário de Escola:

I. Realizar trabalhos no âmbito da Secretaria;

II. Colaborar com a direção da unidade escolar no planejamento, execução e controle das atividades escolares;

III. Coordenar atividades da Secretaria e do pessoal auxiliar;

IV. Proceder à escrituração, conforme disposto na legislação vigente;

V. Realizar trabalhos datilografados ou digitados;

VI. Responsabilizar-se, na área de sua competência, pelo cumprimento da legislação de ensino e disposições regimentais;

VII. Instruir, informar e decidir sobre expediente e escrituração, submetendo à apreciação superior os casos que ultrapassem sua área de decisão;

VIII. Zelar pela conservação do material sob sua guarda, pela boa ordem e higiene em seu setor de trabalho.

#### Dos Serviços Gerais

A Escola mantém os serviços de conservação, limpeza do prédio, preparo e distribuição da merenda escolar.

Compete aos Profissionais de Serviços Gerais:

- I. Zelar pelo ambiente escolar mantendo a ordem e a harmonia;
- II. Cumprir horário, conforme legislação vigente;
- III. Desempenhar tarefas de interesse do serviço, a critério da direção da escola;
- IV. Cuidar da limpeza, movimentação e conservação dos móveis e utensílios da escola;
- V. Preparar e distribuir alimentos;
- VI. Entregar correspondência e documentos diversos;
- VII. Cuidar da portaria;
- VIII. Auxiliar o aluno com necessidades especiais em atividades de locomoção, uso de utensílios, banheiros, e outros, na ausência de outro profissional capacitado;
- IX. Conduzir o aluno até sua residência, nos casos em que se fizerem necessários.

## **2.2. Estrutura organizacional pedagógica**

### A Supervisão Pedagógica

A finalidade do serviço de supervisão pedagógica e/ ou orientação educacional é articular o trabalho pedagógico da escola coordenado e integrado ao trabalho dos professores, dos alunos e seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem.

Compete ao especialista da educação, além das atribuições previstas na legislação vigente:

- I. Coordenar o planejamento e implementação do Projeto Pedagógico da escola, tendo em vista as diretrizes no Plano de Desenvolvimento da Escola:
  - a) Participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento da Escola;
  - b) Delinear, com os professores, o Projeto Pedagógico, explicitando seus componentes de acordo com a realidade da escola;
  - c) Coordenar a elaboração do currículo pleno da escola, envolvendo a comunidade escolar;
  - d) Promover o desenvolvimento curricular, redefinindo, conforme as necessidades, os métodos e materiais de ensino;
  - e) Participar da elaboração do calendário escolar;
  - f) Articular os docentes de cada área para o desenvolvimento do trabalho técnico-pedagógico da escola, definindo suas atividades específicas;
  - g) Avaliar o trabalho pedagógico, sistematicamente, com vistas à reorientação de sua dinâmica;
  - h) Participar, com o corpo docente, do processo de avaliação externa e da análise de seus resultados;
  - i) Identificar as manifestações culturais características da região e incluí-las no desenvolvimento do trabalho da escola;
- II. Coordenar o programa de capacitação do pessoal da escola:
  - a) Analisar os resultados da avaliação sistêmica feita juntamente com os professores e identificar as necessidades dos mesmos;
  - b) Realizar a avaliação do desempenho dos professores, identificando as necessidades individuais de treinamento e aperfeiçoamento;

- c) Efetuar levantamento da necessidade de treinamento e capacitação dos docentes na escola;
- d) Manter intercâmbio com instituições educacionais e/ou pessoas visando sua participação nas atividades de capacitação;
- e) Analisar os resultados obtidos com as atividades de capacitação docente, na melhoria dos processos de ensino aprendizagem.

III. Realizar a orientação dos alunos, articulando o envolvimento da família no processo educativo:

- a) Identificar, junto com os professores, as dificuldades de aprendizagem dos alunos;
- b) Orientar os professores sobre as estratégias mediante as quais as dificuldades identificadas possam ser trabalhadas, em nível pedagógico;
- c) Encaminhar a instituições especializadas os alunos com dificuldades que requeiram um atendimento terapêutico;
- d) Promover a integração do aluno no mundo do trabalho, através da informação profissional e da discussão de questões relativas aos interesses profissionais dos alunos e à configuração do trabalho na realidade social;
- e) Envolver a família no planejamento e desenvolvimento das ações da escola;
- f) Proceder, com auxílio de professores, ao levantamento das características socioeconômicas e linguísticas do aluno e sua família;
- g) Utilizar os resultados do levantamento como diretriz para diversas atividades de planejamento do trabalho escolar;
- h) Analisar com a família os resultados do aproveitamento do aluno, orientando-o, se necessário, para obtenção de melhores resultados;
- i) Oferecer apoio às instituições escolares discentes, estimulando a vivência da prática democrática dentro da escola.

IV. Realizar estudos e pesquisas que fundamentam a proposta de políticas, diretrizes e normas educacionais;

V. Elaborar normas e instruções relativas ao pedagógico;

VI. Outras, compatíveis com a natureza do cargo, previstas nas normas legais aplicáveis a espécie.

A finalidade do serviço de supervisão pedagógica é articular o trabalho pedagógico da escola coordenado e integrado ao trabalho dos professores, dos alunos e seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem.

## Do Serviço do Professor Alfabetizador

Compete ao professor alfabetizador:

- I. Desenvolver o senso de responsabilidade entre alunos;
- II. Promover a recuperação de alunos, individualmente ou através de grupos de dificuldades, com ênfase no processo de alfabetização dos alunos com dificuldades de leitura;
- III. Auxiliar o regente de turma nas atividades pedagógicas e preparação do material

O funcionamento é feito conforme as possibilidades e necessidades dos alunos.

## Do laboratório de Informática

A escola mantém laboratório de informática com o objetivo de utilizar o computador como recurso audiovisual e ferramenta que favoreça a construção do conhecimento do educando.

Compete ao professor responsável pelo uso do laboratório de informática:

- I. Facilitar o uso do computador como ferramenta pedagógica capaz de auxiliar o processo de construção do conhecimento;
- II. Articular o processo de construção do conhecimento envolvendo toda a equipe escolar.

O funcionamento do laboratório de informática se faz conforme os seguintes critérios:

- I. Atendimento dos alunos do 4º e 5º anos de escolaridade;
- II. De acordo com a carga horária de o professor atender os alunos do 3º ano de escolaridade.
- III. As aulas vagas do professor de informática poderão ser usadas para aulas de reforço no laboratório de informática.

## Da Biblioteca

A biblioteca tem finalidade de fornecer os elementos necessários à realização e enriquecimento dos trabalhos pedagógicos, consultas e pesquisas. A biblioteca funciona em horários paralelos aos do funcionamento dos turnos.

Todo o acervo da biblioteca é catalogado e registrado em livro próprio.

A organização e funcionamento da Biblioteca estão sujeitos às normas baixadas pela Diretoria da Escola, à luz da legislação vigente.

O Professor de Ensino do Uso da Biblioteca é o responsável pelo funcionamento da biblioteca e tem atribuições inerentes ao cargo especificadas em legislação própria.

Compete ao Professor de Ensino do Uso da Biblioteca:

- I. Organizar a biblioteca de forma a facilitar o uso do livro, do vídeo, do retroprojetor, do projetor de slides e de outros materiais e/ou equipamentos nela existentes, assegurando ao usuário um ambiente propício à reflexão e estimulador da criatividade e imaginação;
- II. Zelar pela conservação do acervo da biblioteca orientando o usuário, docente e discente, com vistas à adequada utilização desse acervo.
- III. Promover atividades individuais e/ou coletivas, especialmente as que estimulem os alunos a produzir textos;
- IV. Divulgar no âmbito da escola os programas de vídeo disponíveis, fazendo com que sua utilização seja instrumento de lazer, cultura, informação, humanização e socialização;
- V. Desenvolver um trabalho articulado de imagem, leitura e outras artes, buscando a integração entre Educação e Cultura como fator de melhoria da qualidade de ensino;
- VI. Colaborar com o desenvolvimento das atividades curriculares da Escola, facilitando a interdisciplinaridade e criando condições para que o aluno compreenda a realidade em que vive;
- VII. Ministras aulas do uso da biblioteca sensibilizando professores e alunos para o ato da leitura;
- VIII. Participar ativamente da vida cultural e social da comunidade escolar incentivando, por meio de promoções, o gosto pela leitura.

### 3. CURRÍCULO

A sociedade educa moralmente seus membros, embora a família, os meios de comunicação e o convívio com outras pessoas tenham influência marcante no comportamento da criança. Mesmo com limitações a escola participa da formação moral dos nossos alunos. Valores e regras são transmitidos pelos professores, pelo livro didático, pela organização institucional, pelas formas de avaliação, pelos comportamentos dos próprios alunos e assim por diante. A liberdade do trabalho em classe implica a cooperação na atividade escolar, nesse sentido o desenvolvimento moral da criança ocorre em função do respeito mútuo, do respeito unilateral e da cooperação no trabalho escolar.

As crianças adquirem a possibilidade de aprender pela experiência o que é a obediência à regra, a adesão ao grupo social e a responsabilidade individual. Deste modo a educação do caráter resulta das próprias atividades escolares e da interação social das crianças entre si e com o adulto.

O convívio dentro da escola deve ser organizado de maneira que os conceitos de justiça, respeito e solidariedade sejam vivificados e compreendidos pelos alunos.

O papel do professor é o de mediador do processo de ensino aprendizagem, sendo de sua responsabilidade mobilizar conhecimentos e propiciar aprendizagem por meio de desenvolvimento de projetos e pesquisa, incentivando os educandos a adotar uma postura crítica diante da realidade e do saber historicamente produzido.

As atividades curriculares são desenvolvidas tendo como referência as Diretrizes e os Parâmetros Curriculares Nacionais

Na implementação do currículo deve favorecer as atividades interdisciplinares e o estudo de temas transversais, de modo a integrar todos os conteúdos.

Os conteúdos curriculares da educação básica observam, ainda, as seguintes diretrizes:

- Difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

- Consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- Orientação para o trabalho;
- Promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.

Os conteúdos curriculares devem ser abordados de forma interativa, a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado, num movimento crescente de compreensão da realidade.

Ao longo dos Ciclos deve-se acompanhar sistematicamente os processos de aprendizagem dos alunos, utilizando de estratégias diversas de intervenção pedagógica para sanar, de imediato, as dificuldades evidenciadas, a fim de garantir que todo aluno alcance, ao final de cada Ciclo o padrão básico de desempenho esperado.

Na implementação do currículo, precisam-se respeitar os diferentes ritmos dos alunos, levando em conta suas experiências e conhecimentos já acumulados, assegurando a Progressão Continuada no Ciclo da Alfabetização e no Ciclo Complementar.

O ensino da História do Brasil leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

A história e as culturas indígena e afro-brasileira, presentes, obrigatoriamente, nos conteúdos desenvolvidos no âmbito de todo o currículo escolar e, em especial, no ensino de Arte, Literatura e História do Brasil, assim como a História da África, devem assegurar o conhecimento e o reconhecimento desses povos para a constituição da nação.

No Ensino Religioso assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil deve reforçar os laços de solidariedade na convivência social.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio a Educação Física é ministrada por professor regente de aulas habilitado e, na falta deste, por professor autorizado.

Nos componentes curriculares e as áreas de conhecimento devem abordar temas como: saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, assim como os direitos das crianças e adolescentes, de acordo com o Estatuto da Criança e

do Adolescente (Lei nº 8.069/90), preservação do meio ambiente, nos termos da política nacional de educação ambiental (Lei nº 9.795/99), educação para o consumo, educação fiscal, trabalho, ciência e tecnologia. Outras leis específicas que determinam que sejam ainda incluídos temas relativos à condição e aos direitos dos idosos (Lei nº 10.741/2003) e à educação para o trânsito (Lei nº 9.503/97). Os conteúdos referentes ao Direito das Crianças e dos Adolescentes são ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial em Língua Portuguesa e demais disciplinas que compõem a área de Ciências Humanas.

A Educação Ambiental e a Educação para o Trânsito fazem parte do processo ensino-aprendizagem dos alunos considerando sua formação integral para a vida cidadã, e não podem deixar de ser desenvolvidas de forma interdisciplinar integrado aos conteúdos da parte nacional comum e parte diversificada.

O ensino da Arte constitui componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos, incluindo obrigatoriamente, o ensino da música, ao lado das outras manifestações culturais.

O desenvolvimento de a educação alimentar e nutricional perpassa o currículo escolar de toda a Educação Básica, abordando o tema alimentação e nutrição, visando estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis em crianças e adolescentes e, extensivamente em suas famílias e comunidades.

O Hino Nacional é executado semanalmente considerando esta obrigação dentro do contexto de formação integral do aluno.

#### Habilidades e Competências

A escola fixa sua orientação na construção de competências por meio de desenvolvimento de habilidades nos domínios cognitivos, afetivo e psicomotor. Os conteúdos específicos de cada disciplina agora convergem para garantir o desenvolvimento de habilidades. O conteúdo passa a ser o meio para o desenvolvimento de habilidades e competências desejadas e necessárias, podendo o aluno construir o seu conhecimento para a vida.

No ciclo de alfabetização, organizado em três anos, os alunos do 1º ano devem ser capazes de:

- Desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura
- Conhecer os usos e funções sociais da escrita
- Compreender o princípio alfabético do sistema de escrita
- Ler e escrever palavras e sentenças

Ao final do Ciclo Complementar, todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

Ao final do Ciclo Complementar, na área da Matemática, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

A programação curricular dos Ciclos de Alfabetização e Complementar, tanto no campo da linguagem quanto no da matemática, deve ser estruturada de forma a, gradativamente, ampliar capacidades e conhecimentos, dos mais simples aos mais complexos, contemplando, de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento.

Na organização curricular dos anos iniciais, os conteúdos curriculares devem ser abordados a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado.

Os conteúdos de Ciências, História e Geografia devem ser ministrados articulados ao processo de alfabetização e letramento e de iniciação à Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Ciclos.

A questão ambiental contemporânea deve ser trabalhada partindo da realidade local, mobilizando as emoções e energia das crianças para a preservação do planeta e do ambiente onde vivem.

A Educação Ambiental e a Educação para o Trânsito fazem parte do processo ensino-aprendizagem dos alunos considerando sua formação integral para a vida cidadã, e não podem deixar de ser desenvolvidas de forma interdisciplinar integrado aos conteúdos da parte nacional comum e parte diversificada.

A Arte e recreação, com aulas especializadas ou não, devem oportunizar aos alunos experiências artísticas, culturais e de movimento corporal.

O ensino religioso, com aulas especializadas ou não, devem reforçar os laços de solidariedade na convivência social.

Em todos os anos escolares são trabalhados os descritores conforme a matriz de referência para a avaliação da alfabetização e letramento.

O desenvolvimento de a educação alimentar e nutricional perpassa o currículo escolar de toda a Educação Básica, abordando o tema alimentação e nutrição, visando estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis em crianças e adolescentes e, extensivamente em suas famílias e comunidades.

A nossa Escola terá como base as seguintes competências educativas:

Habilidade no uso da língua oral e escrita

No espaço escolar devem ser privilegiadas as situações de uso da oralidade e da escrita de formas variadas e significativas: oportunidades de expressar ideias, questionar, avaliar, verbalizar sentimentos, ter acesso a diversos padrões de escrita. Essas situações constituem elementos essenciais para a formação do leitor e escritor, condição fundamental para o pleno exercício da cidadania.

Capacidade de buscar soluções para os diversos problemas

A resolução de problemas é uma competência exigida do homem desde os tempos mais remotos, em toda a vida. É a necessidade de resolver problemas nas mais diversas situações que mobiliza o ser humano à busca e produção do conhecimento. A construção de um brinquedo, a elaboração de um texto, uma experimentação, toda e qualquer atividade, deve constituir-se como um problema, mobilizar o interesse em testar hipóteses, envolvendo criatividade, raciocínio, num processo desafiador. Capacidade de lidar com pessoas e situações com autonomia e equilíbrio.

O processo coletivo de elaboração de regras, de distribuição do poder, de busca de soluções para os conflitos, de trocas de pontos de vistas, possibilita a construção da autonomia moral e intelectual, meta de grande importância no trabalho de formação humana.

Domínio das diversas linguagens

As linguagens apresentam-se envolvendo as dimensões globais do sujeito (corpo, emoções, pensamento, padrões estéticos, conhecimentos físicos e

lógicos). Neste sentido, as experiências ligadas às linguagens plásticas, dramáticas, corporais e musicais devem cotidianamente ocupar o cenário escolar, pois revelam uma dimensão intuitiva e sensível do conhecimento, contribuindo para a percepção e criação da realidade cultural.

## 4. TEMPO E ESPAÇOS ESCOLARES

A escola atual é resultado de experiências de anos e anos e vem sofrendo transformações frequentes.

Conforme o homem evolui e a tecnologia a Escola necessita de transformações em sua estrutura, tanto física quanto organizacional. A arquitetura pode parecer irrelevante, porém, tais espaços instituem relações entre aqueles que o ocupam.

Este espaço é o cenário dos acontecimentos é onde se desenrolam os tempos em uma instituição de ensino. Tempos este que devem ser muito bem demarcados para sustentar as necessidades da escola atual.

A Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias, organiza seus espaços e tempos no sistema de ciclos, atendendo a demanda do 1º ao 5º ano de escolaridade.

Estes cinco anos de escolaridade são divididos em dois ciclos: Ciclo da Alfabetização (com duração de 3 anos de escolaridade) e o Ciclo Complementar (com duração de 2 anos de escolaridade).

A escolha dos profissionais para atuar nas turmas dos ciclos deve levar em conta:

- Sua experiência e reconhecimento social como alfabetizador bem sucedido e se por ventura seja um profissional que esteja iniciando sua carreira, deve ter gosto e vontade de atuar na alfabetização (Em ambos os casos o profissional deve ter consciência de que deverá seguir sua turma até o final do ciclo).
- Mediante ao curso oferecido pelo MEC – “Pacto pela Alfabetização na idade certa”- o profissional Alfabetizador do 1º ao 3º ano de escolaridade deve estar vinculado ao Censo do ano anterior (2012) para efetivar sua capacitação e dar assim suporte aos educandos.
- Sua experiência e interesse em atuar no Ciclo Complementar de Alfabetização; buscando sempre explorar ao máximo as habilidades e competências já adquiridas pelo aluno no ciclo I e acrescentar as habilidades que competem ao Ciclo Complementar.

A Escola com funcionamento em dois turnos dedica um horário reservado para os dois turnos para re - ensino e reaprendizagem para os alunos que necessitam de apoio na aprendizagem. Horário extra turno.

A carga horária anual do aluno é de 800 horas com módulos semanais de 25 horas, módulo aula de 50 minutos contendo o ano letivo de 200 dias letivos.

O conselho de ciclo ao final de cada bimestre letivo tem por finalidade discutir, refletir, avaliar, planejar, diagnosticar, acompanhar, formar, construir, alterar relações e práticas escolares.

O espaço físico da Escola embora acolhedor e cuidadosamente adaptado para o bom desenvolvimento do aluno é bastante limitado. É compreendido por seis salas de aula, secretaria, sala de direção, biblioteca, laboratório de informática, quatro almoxarifados, cozinha, refeitório, área coberta para apresentações, comemorações cívicas, aulas de educação física.

As aulas de reforço extra turno acontecem na sala dos professores ou na Biblioteca e é ministrada pela professora eventual, supervisora e professora readaptada (professor de apoio).

Hoje em dia há um grande interesse da sociedade e faz parte das metas do PNE (Plano Nacional de educação) a implantação do Tempo Integral nas escolas públicas. Cujos motivos são muito bem colocados por Ana Maria Cavaliere que diz:

Ao longo do século XX, o tempo de escola no Brasil vem sofrendo lenta mudança sem sua definição, a qual tende a ser compatibilizada com um novo tempo social baseado na cultura urbana. Esta última traz a escolarização em massa, o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, a eliminação do trabalho infantil e a regulamentação das relações de trabalho. Hoje o tempo de escola é determinado por demandas que podem estar diretamente relacionadas ao bem estar das crianças, ou às necessidades do Estado e da sociedade... (CAVALIERE Ana Maria 2007, p 1015-1035).

Embora o aumento da carga horária dos alunos da E. M. Comendador Lindolfo de Souza Dias, ou seja, a implantação da jornada integral, seja um sonho de muitos pais e da comunidade escolar como um todo, sabe-se que é um sentimento platônico, visto que o espaço físico da Escola não tem estrutura para que este sonho se concretize.

Consideramos que “... preparar indivíduos para a vida democrática nas sociedades complexas é função da Escola, e o tempo integral pode ser um grande aliado, desde que as instituições tenham as condições necessárias para que em seu interior ocorram experiências de compartilhamento e reflexão. Para isso, além de definições curriculares compatíveis toda uma infraestrutura precisa ser preparada do ponto de vista de espaços, dos profissionais e da organização (Ana Maria Cavaliere 2007)”, portanto há muito que a SEMEC fazer em nossa Escola antes de realizarmos o sonho do tempo integral.

## 5. PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão democrática surge como possibilidade de aniquilar o autoritarismo enraizado no processo educativo no interior das escolas. Propor uma gestão democrática na escola é inferir autonomia à escola, que segundo Paro (2004, p.11) “[...]significa em conferir poder e condições concretas para que ela alcance objetivos educacionais articulados como os interesses da comunidade”. E sim se dará por conquista dos interessados, desta forma tornam-se cada vez mais necessárias mudanças no processo de autoridade no interior da escola. Tal afirmação nos leva a crer que a mudança no processo de autoridade no interior da escola se dará por força das conquistas obtidas pelos próprios interessados, ou seja, os partícipes das escolas. A instrumentalização desses partícipes é um aspecto relevante no processo de democratização da escola. Freire (2004) observa.

Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer neste sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que são o assumir esses pais democratamente. (FREIRE,2004,p.7)

No ano de 2010, houve o processo de eleição de gestores nas escolas municipais, onde todos os membros da comunidade escolar tiveram direito de voto conforme a legislação vigente do município que da abertura tanto para o processo como para a livre indicação do prefeito.

A partir do ano de 2013, houve um retrocesso, passando a ser a escolha do gestor por indicação política do prefeito. Portanto o que prevalece é uma relação hierárquica, mas com a democracia e autonomia no processo de decisão das escolas, atuando com conselho escolar e conselho de ciclo.

Dos Conselhos de Ciclo

O Conselho de Ciclo é um Órgão Colegiado que tem por objetivo a avaliação coletiva no processo ensino-aprendizagem.

São finalidades dos conselhos de Ciclo: discutir, refletir, avaliar, planejar, diagnosticar, acompanhar, formar e construir, alterar relações e prática escolares.

Compete-lhe servir de fórum de discussão para definir sobre:

- I. Objetivos a serem alcançados em cada componente curricular, por ano;
- II. Metodologias e estratégias de ensino;
- III. Critérios para seleção dos conteúdos curriculares;
- IV. Projetos coletivos de ensino e atividades;
- V. Formas de acompanhamento dos alunos durante o período letivo;
- VI. Critérios para apreciação do desempenho do aluno para o acompanhamento no decorrer da série e para informações aos pais e/ou responsáveis;
- VII. Proposta curricular diversificada e inovadora dos alunos;
- VIII. Adaptação curricular para os alunos com necessidades e especificidades educacionais, inclusive as necessidades especiais.
- IX. Classificação, reclassificação e o avanço escolar.

O Conselho de Ciclo é constituído por todos os professores das turmas, alunos representantes de turma, pessoal técnico, especialista da educação e pelo diretor ou outro profissional por ele indicado, que coordena o Conselho.

Sempre que for necessário, o Conselho de Ciclo pode convidar alunos e pais para participar de suas reuniões.

A Escola promove um mínimo de 04 (quatro) reuniões do Conselho de Ciclo ao longo do ano letivo ou em caráter extraordinário, quando se fizer necessário.

As reuniões realizadas devem ter o objetivo de discussão para definir, após análise do processo ensino-aprendizagem, a reformulação de currículos, pesquisas de metodologia, elaboração de projetos, classificação ou reclassificação de alunos, esclarecimentos e definições de alunos em situações limítrofes, encaminhamento de alunos ao atendimento especializado, atenção às transferências e remanejamentos.

Cabe à Direção da escola assegurar ao Conselho de Ciclo as condições mínimas para seu funcionamento.

A organização dos horários de realização das reuniões deve ser feita de modo a permitir que todos os seus membros efetivos participem em especial os professores, considerando-se que não existe professor dispensável no processo de avaliação coletiva do aluno e do trabalho pedagógico da escola.

A constituição, as competências, o funcionamento e demais normas dos Conselhos de Ciclo estão contidos em anexo próprios.

A criação do Conselho Escola pode contribuir de várias formas para democratizar as relações no ambiente escolar; pois ele é o instrumento que supõe o compartilhamento do poder e, desse modo, a ação conjunta descredencia o individualismo tão presente na gestão de nossas escolas públicas.

A Gestão da escola passa a ser, então, o resultado do exercício de todos os componentes da Comunidade escolar, sempre na busca do alcance das metas estabelecidas pelo PPP construído coletivamente. A participação é um direito e um dever de todos que integram uma sociedade democrática.

A ação da gestão democrática participativa abre o canal para a participação da Comunidade, assim a escola deixa de ser uma redoma, um lugar fechado e separado da realidade e passa a acontecer como uma Comunidade educativa, interagindo substancialmente com a sociedade civil.

## **6. RELAÇÕES DE TRABALHO**

O importante é salientar que a participação é uma prática que não se dá de modo espontâneo é algo que faz parte de um processo de construção coletiva. Uma gestão participativa que inclua a participação da comunidade. O trabalho na Escola Comendador Lindolfo de Souza Dias, procura ser organizado com base em relações verticais. Mecanismos de ação coletiva como a APM (Associação de Pais e Mestres) e o Conselho escolar. Para se ter a democratização nas relações de trabalho na escola, é necessária a viabilização de alguns elementos como a eliminação do autoritarismo centralizado; a diminuição da divisão de trabalho, que reforça as diferenças a eliminação do binômio dirigente/dirigido; a participação efetiva dos diferentes segmentos sociais na tomada de decisões, conscientizando a todos de que são atores da história que se faz no dia -a -dia.

## **7. AVALIAÇÃO**

A função central do eixo avaliação deste projeto político pedagógico é a de obter informações sobre os avanços e as dificuldades da Escola de modo a permitir ao gestor e seus cogestores fundamentos para planejar e relampejar o documento. Como tal, deve ser instrumento de investigação, cabendo ao gestor estar sempre encontrando mecanismos avaliativos para as diversas faces a ser investigada.

A escola deve se organizar para construir um processo de avaliação institucional, a partir do planejamento participativo, ou seja, envolvendo o Conselho Escola. Isto deve ter como ponto de partida o aluno, mas a avaliação institucional não se esgota nos elementos que podem ser observados diretamente nos alunos, é preciso considerar, também aqueles aspectos que são mediadores do processo pedagógico.

A avaliação institucional deverá ampliar a o controle social, pois quando a Escola se dispõe a pensar sobre si mesma, avaliando o conjunto dos elementos e ações que a constituem , levantando e socializando informações sobre si, ela expõe a sociedade, ou seja, ela permite que a sociedade destinatária final do trabalho escolar e sua mantenedora maior acompanhe.

A avaliação dos funcionários da Escola tanto do quadro administrativo como pedagógico será feita conforme mecanismo instituído pelo Plano de Cargos e Carreira dos funcionários do município, por comissão instituída pelo poder executivo do município com base na observação do gestor da unidade. Esta avaliação acontecerá em período de três em três anos acarretando progressão na tabela de vencimentos do servidor.

A avaliação dos alunos deve ser compreendida, na Escola, como parte integrante do processo pedagógico, tendo como objetivo identificar os avanços e as necessidades de reorientação das ações educativas, sendo sistemática, contínua, diagnóstica e qualitativa.

Os alunos serão avaliados considerando os conteúdos convencionais, classicamente ministrados pela Escola, e também habilidades e atitudes.

Para que se respeite o ritmo, as peculiaridades e necessidades de cada um no ato de aprender e fazer as devidas intervenções, o professor deverá fazer o diagnóstico inicial, identificando o nível de desenvolvimento cognitivo, afetivo e

social do aluno. Também fará o registro das observações realizadas durante o ano letivo sobre as dificuldades e avanços de cada aluno, para orientar a programação de seu atendimento.

Para acompanhar o desenvolvimento dos alunos, o professor, além de estar atento às dificuldades apresentadas no dia-a-dia e planejar atividades de acordo com as observações realizadas, deverá utilizar-se de instrumentos avaliativos, tais como: avaliação diária com registro, se necessário, atividades de casa, trabalhos em grupo, pesquisas, entrevistas, avaliação bimestral.

Os alunos serão avaliados quanto à aquisição de conhecimentos dos conteúdos básicos de cada disciplina específica, conforme descrição na Ficha de Acompanhamento do Aluno e também serão observados nos seguintes aspectos: responsabilidade, compromisso, criatividade, iniciativa, cooperação, participação, pontualidade, assiduidade, tendo em vista a reorientação.

Além da avaliação diária e observações das atividades, pesquisas, entrevistas realizadas pelos alunos, o professor de cada turma deverá realizar, sistematicamente, uma avaliação, no mínimo, por bimestre, na data que considerar oportuna e conforme planejamento anual da escola. Após análise dos resultados o professor deverá propor ao aluno que refaça essas atividades como forma de aprendizagem e replanejamento de suas ações para superação das dificuldades detectadas.

Os pais serão comunicados formalmente quanto à frequência e o resultado do aproveitamento escolar de seus filhos ao final de cada bimestre e, oportunamente, nos casos em que se fizer necessário, conforme consenso entre professor e supervisor. Utilizando de registros os conceitos informando-lhes quais as estratégias de atendimento pedagógico diferenciado lhe serão oferecidos pela escola.

A avaliação deve incorporar, além da dimensão cognitiva, as dimensões cultural, social, biológica e afetiva, que fazem parte do processo integral da aprendizagem.

A avaliação do aluno deve ser compreendida como parte integrante do processo pedagógico, com o objetivo de identificar os avanços e diagnosticar as necessidades de reorientação das ações educativas.

A avaliação da aprendizagem, como parte integrante do processo pedagógico, tem a função precípua de orientar o processo educativo, de modo a possibilitar:

- O atendimento diferenciado aos alunos;
- As adequações no plano didático tendo em vista os objetivos curriculares;
- O registro de informações acerca do desempenho escolar do aluno.

A escola assessorada pelos especialistas da educação deve criar estratégias para a organização e reorganização do tempo e do espaço escolares, bem como o melhor aproveitamento do seu corpo docente, de modo a possibilitar ações pedagógicas para o atendimento diferenciado de alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem.

As estratégias de atendimento diferenciado previstas na Proposta Política Pedagógica e divulgadas amplamente na comunidade, em reuniões de pais e do Conselho Escola são as seguintes:

- Oficinas de reestruturação e produção de texto, leitura e interpretação, acompanhamento de grupos de alunos conforme a necessidade específica.
- Acompanhamento das eventuais em apoio ao professor para o trabalho de recuperação paralela.
- Atividades diversificadas conforme a necessidade específica de aluno.
- Projeto de Alfabetização e Letramento no turno (professor de apoio).

Nos 4º e 5º anos revezamento da turma na aula de Informática conforme o grau de dificuldade das crianças (Português e Matemática).

Os resultados da avaliação da aprendizagem realizada pela escola e os resultados dos Programas de Avaliação externa devem ser considerados no planejamento didático.

Os alunos são avaliados ao longo de todo o ano com apresentação de resultados, de modo a permitir o acompanhamento constante de seu desempenho.

A avaliação do processo de aprendizagem é baseada em objetivos educacionais definidos para cada ano e ciclo, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos alunos.

Os resultados das avaliações nos Ciclos da Alfabetização e Complementar são apresentados utilizando-se conceitos.

Vários instrumentos de medidas são utilizados, tais como provas, testes, trabalhos individuais ou em equipe, pesquisas, observações, dinâmicas e outros, devendo o professor selecioná-los de acordo com a natureza da matéria e o tratamento metodológico adotado.

Os instrumentos de avaliação devem ser elaborados pelos professores, avaliados e validados pelos especialistas, de acordo com o currículo desenvolvido.

A auto - avaliação do aluno deve ser adotada por constituir instrumento indispensável ao seu desenvolvimento no processo ensino e aprendizagem.

Os resultados da avaliação devem ser submetidos à apreciação do Conselho de Ciclo, da Direção e Especialistas da escola, para fins de reorientação e encaminhamento devido.

Na avaliação, o Conselho Escolar precisa considerar “produto” expresso nas notas/menções dos estudantes, o “processo” pelo qual se deu essa aprendizagem. Este processo é revelado nas condições da escola e na ação do professor, entre outros. É preciso ter uma visão global da escola e, nela, situar o desempenho do estudante. NAVARRO, 2010, p.38-40

O Conselho de Ciclo deve realizar a avaliação do aluno em cada disciplina, com análise periódica de resultados, de modo a permitir ao final do período, recomendar alternativas pedagógicas adequadas às características de cada aluno.

Os estudos de recuperação são de caráter obrigatório, tendo como consequência o processo de avaliação continuada.

Os estudos de recuperação são, preferencialmente, paralelos é processo para garantir ao aluno a superação de suas dificuldades.

O professor, em conjunto com o Conselho de Ciclo, deve acompanhar o desenvolvimento do aluno, avaliando-o no processo, para fins de prosseguimento dos estudos.

A progressão continuada dentro dos Ciclos da Alfabetização e Complementar deve estar apoiada em estratégias de atendimento diferenciado, para garantir a efetiva aprendizagem dos alunos.

Ao final de cada Ciclo, a equipe pedagógica da escola deve proceder ao agrupamento dos alunos que não conseguiram consolidar as capacidades previstas para que seu atendimento diferenciado aconteça, pelo tempo que for necessário.

Vencidas as dificuldades, os alunos são integrados às turmas correspondentes à idade/ano de escolaridade.

Devem se envolver no processo de avaliação da aprendizagem os profissionais mais próximos ao aluno, na sequência: professora, supervisora e diretora, eventual ou professora recuperadora se for o caso.

Os alunos que necessitam de acompanhamento diferenciado são agrupados de acordo com as necessidades específicas de cada conteúdo ou mesmo nível de escolarização.

Os alunos que estão em defasagem no processo de aprendizagem deverão ser trabalhados nos seguintes aspectos:

- Trabalhos em grupo (dentro e fora da sala de aula) pela professora regente, supervisora e eventual/recuperadora;
- Atividades de registro individual no cotidiano de sala de aula;
- Produzir textos e reestruturá-los com técnicas variadas a fim de desenvolver a interpretação e a escrita;
- Produção de textos individual e coletiva nas diversas disciplinas;
- Trabalhar livros literários, jogos, atividades diversificadas que envolvam o raciocínio lógico de acordo com o nível de aprendizagem;
- Atividades de leitura silenciosa, em voz alta, individual e coletiva (pelo professor regente e pelo eventual/recuperadora).

A recuperação extra - turno ocorre para os alunos que têm facilidade de retorno à escola, sendo acompanhado pela eventual, conforme os horários

estabelecidos para os grupos de dificuldade. No caso de falta de professores o professor eventual assume a sala ficando assim suspenso o reforço.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Cada vez mais os educadores propagam a necessária aproximação entre a escola e a vida lá fora. O desafio é diminuir a distância entre o que se ensina na sala de aula e a realidade cotidiana, com suas riquezas e contradições.

A cidadania em foco na nossa proposta significa dizer que as ações expressas devem ter como reta de chegada o homem em sua plenitude. Com a competência de atuar, opinar, participar, tomar decisões, lutar pelos direitos conquistados.

Esperamos com este Projeto Político Pedagógico, tornar a Escola Municipal Comendador Lindolfo de Souza Dias, uma instituição cada vez mais sistematizada a fim de ser um espaço formador e transformador da sociedade onde se localiza , respeitando sempre o direito do aluno, do servidor e da comunidade atuando de forma democrática e servindo como ponto de referência como sendo local onde se exerce a cidadania.

## REFERÊNCIAS

**CAVALIERE**, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>>. Acesso em 28 de abril de 2013.

ESCOLA DE GESTORES – MEC. **Território e Lugar: espaços da complexidade**.

Disponível

<[http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8biblioteca/pdf/texto01\\_territorio\\_e\\_lugar.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8biblioteca/pdf/texto01_territorio_e_lugar.pdf)> Renata Pekelman, Alexandre André dos Santos. Acesso em 29 de abril de 2013.

**FREITAS**, Luiz Carlos de. **Ciclo ou série? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos – espaços da escola**.

Plano de Cargos e Carreira do Município de Machado.

**NAVARRO**, Ighes Pinto. **Conselho Escolar e a aprendizagem na Escola MEC/SEB, 2004**, p.38-40-Disponível em<<http://moodle3.nec.gov.br/ufmg>>. Acesso em 29.04.2013.

**SOUZA**, Ângelo Ricardo. **Caderno 4 da Coleção Gestão e avaliação da Escola** – UFPR, 2005 p. 32 - 42.